



CÓD: SL-020AG-22
7908433225638

SEJUSP

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA
PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

600 questões Gabaritadas
Agente de Segurança Penitenciário (ASP)

CADERNO GABARITADO



ÍNDICE

1. Língua Portuguesa	5
2. Raciocínio Lógico-Analítico	23
3. Direito Constitucional	41
4. Direito Administrativo	63
5. Direito Penal.	85
6. Direito Processual Penal	103
7. Direitos Humanos	127
8. Legislação Especial.	141

- (D) senhorio/inquilino.
(E) religião/militante.

7. (FGV - 2016 - PREFEITURA DE PAULÍNIA - SP - DIRETOR DE UNIDADE ESCOLAR)

“Em geral os arquitetos temos de nos ater às plantas que nos apresentam os proprietários. Nisso nos parecemos com os médicos. Há quem os chame para que diagnostiquem a enfermidade que deseja ter, e lhe receite o regime que deseja seguir.”

(Jacinto Benavente)

Podemos inferir da leitura desse fragmento que

- (A) o enunciador da frase se passa simultaneamente por arquiteto e médico.
(B) os arquitetos dispõem de pouca liberdade criativa em sua atividade.
(C) os médicos mostram, atualmente, um conhecimento deficiente.
(D) os clientes já chegam hoje aos consultórios sabendo do que sofrem.
(E) os clientes procuram os médicos por razões exclusivamente estéticas.

8. (FGV - 2018 - PREFEITURA DE BOA VISTA - RR - PROFESSOR DE PEDAGOGIA)

A frase abaixo que NÃO mostra a presença de intertextualidade, ou seja, a alusão a um texto conhecido, é:

- (A) “Sinto vergonha, logo existo”;
(B) “Às vezes, a alegria do dono do circo é ver o palhaço pegar fogo”;
(C) “Grande sucesso é mais comum que grande capacidade”;
(D) “De onde menos se espera é que não sai nada mesmo”;
(E) “Cada um por si e nem sempre Deus por todos”.

9. (FGV - 2018 - PREFEITURA DE BOA VISTA - RR - PROFESSOR DE PEDAGOGIA)

“O conceito de direitos humanos está sendo transformado num palavrão”. (Boris Casoy)

Nessa frase, o vocábulo “palavrão”, formado com o sufixo -ão, perdeu o valor de aumentativo, passando a significar “palavra chula”. Indique a opção em que todas as palavras receberam um novo significado na forma aumentativa:

- (A) cartão – papelão – portão;
(B) homenzarrão – garrafão – caixão;
(C) panelão – colherão – facção;
(D) jarrão – casarão – pratão;
(E) pezão – cabeção – fardão.

10. (FGV - 2018 - PREFEITURA DE BOA VISTA - RR - PROFESSOR DE PEDAGOGIA)

Um conhecido professor de Educação Física declarou o seguinte: “Cultivar um estilo de vida saudável é extremamente importante para diminuir o risco de infarto, mas também de problemas como a morte súbita e derrame. Significa que manter uma alimentação saudável e praticar atividade física regularmente já reduz, por si só, as chances de desenvolver vários problemas. Além disso, é importante para o controle da pressão arterial, dos níveis de colesterol e de glicose no sangue. Também ajuda a diminuir o estresse”.

Entre as recomendações dadas pelo autor do texto acima, só NÃO está presente:

- (A) proteger o meio ambiente;
(B) praticar atividades físicas;
(C) alimentar-se de forma saudável;
(D) reduzir o risco de doenças;
(E) diminuir o estresse.

11. (FGV - 2018 - PREFEITURA DE BOA VISTA - RR - PROFESSOR DE PEDAGOGIA)

O par de frases abaixo que mostra uma relação de causa/efeito é:

- (A) As salas de aula estão muito sujas / Os funcionários da limpeza estão trabalhando mal;
(B) O estacionamento da Faculdade está cheio / Muitos alunos possuem automóveis;
(C) A Bahia tem muitos blocos carnavalescos / Organizar o carnaval baiano dá muito trabalho;
(D) Há muitos turistas no Rio / As praias cariocas são muito bonitas;
(E) Choveu muito esta madrugada / As ruas amanheceram alagadas.

12. (FGV - 2018 - PREFEITURA DE BOA VISTA - RR - PROFESSOR DE PEDAGOGIA)

Num livro de textos humorísticos, o jornalista Max Nunes escreveu o seguinte: Novos provérbios Quem não deve não treme. Quem tudo quer tudo pede. Um dia a caspa cai.

Sobre os versos acima, é correto afirmar que:

- (A) as mudanças nos provérbios alteraram-lhes o sentido;
(B) as intromissões das letras novas criaram palavras inéditas;
(C) o texto é um exemplo de paródia;
(D) as alterações reafirmaram o conteúdo dos provérbios;
(E) o título dado ao texto é inadequado.

13. (FGV - 2018 - PREFEITURA DE BOA VISTA - RR - PROFESSOR DE PEDAGOGIA)

“Zeca era pequeno, tez baça e magríssimo. Nunca vi ninguém mais magro. Magro assim, só quem está nas últimas. Mas o Zeca era magro assim e tinha um porte, uma vivacidade de rapaz com perfeita saúde. Esse contraste era coisa surpreendente”.

Nesse texto, a descrição do personagem Zeca é de base:

- (A) moral;
- (B) física;
- (C) psíquica;
- (D) físico-psíquica;
- (E) físico-moral.

14. (FGV - 2018 - PREFEITURA DE BOA VISTA - RR - PROFESSOR DE PEDAGOGIA)

1. João tirou nota alta no concurso.
2. João não estudou muito.

Acima estão dois períodos formados por uma única oração; se unirmos as duas orações num só período com uma palavra de ligação, sua forma correta será:

- (A) João tirou nota alta no concurso, logo não estudou muito;
- (B) Porque não estudou muito, João tirou nota alta no concurso;
- (C) Apesar de não ter estudado muito, João tirou nota alta no concurso;
- (D) João tirou nota alta no concurso à medida que estudou muito;
- (E) Como não estudou muito, João tirou nota alta no concurso.

15. (FGV - 2018 - PREFEITURA DE BOA VISTA - RR - PROFESSOR DE PEDAGOGIA)

Uma antítese é um tipo de linguagem figurada em que ocorre a presença de duas palavras de sentido oposto; a frase abaixo em que NÃO ocorre a presença de uma antítese é:

- (A) “Um bom homem de negócios contrata otimistas como vendedores e pessimistas para o departamento de crédito”;
- (B) “Nunca solicitarei nem recusarei um emprego, nem jamais pedirei demissão”;
- (C) “Sorte é o cálculo bem-feito. Azar é o erro de cálculo”;
- (D) “Toda saída é entrada para outra coisa”;
- (E) “Melhor lidar com os problemas do sucesso do que com a estagnação do fracasso”.

16. (FGV - 2018 - PREFEITURA DE BOA VISTA - RR - PROFESSOR DE PEDAGOGIA)

“O conceito de escrever bem varia conforme o tempo. Segundo Carlos Drummond de Andrade, escrever bem é cortar palavras e, se observarmos certos contistas modernos, parece que Drummond tem razão: de fato, palavras em excesso são um pecado mortal”. (Redação em Construção, p. 20)

O segmento abaixo que mostra o pecado de escrever com um pleonasmo vicioso é:

- (A) A minha própria opinião pessoal é bastante discutível;
- (B) O piloto informou que o voo para São Paulo seria transferido para o dia seguinte;
- (C) Os automóveis antigos ficam depositados em um museu;
- (D) As questões eram compostas por cinco opções de respostas;
- (E) Quem dá o que tem, a pedir vem.

17. (FGV - 2018 - PREFEITURA DE BOA VISTA - RR - PROFESSOR DE PEDAGOGIA)

“Aborígene é a maneira pejorativa com que os conquistadores chamam os donos da propriedade”. (Millôr Fernandes) Essa frase mostra a possibilidade linguística de designarmos uma realidade qualquer de forma neutra/positiva ou negativa; a opção a seguir em que os dois vocábulos podem ser considerados comparativamente de valor negativo é:

- (A) revolucionário / subversivo;
- (B) furtar / roubar;
- (C) impeachment / golpe;
- (D) denunciar / dedurar;
- (E) deficiente / aleijado.

18. (FGV - 2018 - PREFEITURA DE BOA VISTA - RR - PROFESSOR DE PEDAGOGIA)

O adjetivo grande é amplamente utilizado, mostrando um significado demasiadamente geral. Nas frases a seguir, substituímos esse adjetivo por outro de valor semântico mais específico; a frase em que essa substituição NÃO está adequada ao contexto é:

- (A) “O Brasil já está à beira do abismo. Mas ainda vai ser preciso um grande esforço de todo mundo para colocarmos ele novamente lá em cima” / desgastante;
- (B) “Não há problema tão grande, que não caiba no dia seguinte” / urgente;
- (C) “Grandes advogados conhecem muita jurisprudência. Advogados geniais conhecem muitos juízes” / famosos;

6. FGV - Assistente Administrativo (FunSaúde CE)/2021 (e mais 3 concursos)

Roberto fez as seguintes afirmações sobre suas atividades diárias:

- faço ginástica ou natação.
- vou ao clube ou não faço natação.
- vou à academia ou não faço ginástica.

Certo dia Roberto não foi à academia.

É **correto** concluir que, nesse dia, Roberto

- (A) fez ginástica e natação.
- (B) não fez ginástica nem natação.
- (C) fez natação e não foi ao clube.
- (D) foi ao clube e fez natação.
- (E) não fez ginástica e não foi ao clube.

7. FGV - Analista de Tecnologia da Informação (BANEDES)/Desenvolvimento de Sistemas/2021 (e mais 2 concursos)

Considere como verdadeiras as sentenças a seguir.

- . Se Priscila é paulista, então Joel é capixaba.
- . Se Gabriela não é carioca, então Joel não é capixaba.
- . Se Gabriela é carioca, então Priscila não é paulista.

É **correto** deduzir que:

- (A) Gabriela é carioca;
- (B) Gabriela não é carioca;
- (C) Priscila não é paulista;
- (D) Priscila é paulista;
- (E) Joel não é capixaba.

8. FGV - Auxiliar Técnico Administrativo (IMBEL)/Almoxarife/2021 (e mais 62 concursos)

Considere verdadeira a afirmação:

“Todo vegetal verde é saudável.”

É **correto** concluir que:

- (A) Todo vegetal saudável é verde.
- (B) Todo vegetal que não é saudável não é verde.
- (C) Todo vegetal que não é verde não é saudável.
- (D) Alguns vegetais verdes não são saudáveis.
- (E) Alguns vegetais que não são saudáveis são verdes.

9. FGV - Auditor Fiscal da Receita Estadual (SEFAZ ES)/2021

Considere as afirmativas a seguir.

I. Todo auditor que fiscaliza a contabilidade de empresas também presta orientações sobre legislação tributária, mas nenhum auditor que presta orientações sobre legislação tributária instaura processos administrativos-fiscais.

II. Todo auditor que apreende mercadorias irregulares faz o controle aduaneiro, e alguns auditores que fazem o controle aduaneiro, instauram processos administrativos-fiscais.

III. Nenhum auditor que faz o controle aduaneiro presta orientação tributária.

Sendo certo que **não** há auditor que execute conjuntamente as funções de controle aduaneiro, apreensão de mercadorias irregulares e de instauração de processos administrativos-fiscais, é **correto** concluir que

- (A) nenhum auditor que apreende mercadorias irregulares também fiscaliza a contabilidade de empresas.
- (B) todo auditor que faz o controle aduaneiro também apreende mercadorias irregulares.
- (C) todo auditor que presta orientações sobre a legislação tributária também fiscaliza a contabilidade de empresas.
- (D) pelo menos um auditor que apreende mercadorias irregulares também instaura processos administrativos-fiscais.
- (E) pelo menos um auditor que fiscaliza a contabilidade de empresas também instaura processos administrativos-fiscais.

10. FGV - Advogado (FunSaúde CE)/2021 (e mais 18 concursos)

Considere a sentença:

“Todo urso branco é amigo da onça.”

A negação lógica dessa sentença é:

- (A) Nenhum urso branco é amigo da onça.
- (B) Algum urso branco não é amigo da onça.
- (C) Todo urso marrom é amigo da onça.
- (D) Nenhuma onça é amiga de urso branco.
- (E) Algum urso não é branco e é amigo da onça.

11. FGV - Assistente Administrativo (FunSaúde CE)/2021 (e mais 3 concursos)

O advogado de uma empresa afirmou ao diretor que:

“Todos os processos relativos à empresa X foram finalizados”

Dias depois, o diretor foi informado que essa afirmação não era verdadeira.

O diretor concluiu logicamente que

- (A) nenhum processo da empresa X foi finalizado.
- (B) somente um processo da empresa X não foi finalizado.
- (C) pelo menos um processo da empresa X não foi finalizado.
- (D) foi finalizado pelo menos um processo que não se refere à empresa X.
- (E) todos os processos finalizados não se referiam à empresa X.

12. FGV - Analista de Patologia Clínica (FunSaúde CE)/2021 (e mais 27 concursos)

Considere a sentença:

“Se todo sapo é amarelo, então alguma perereca é vermelha”.

A negação lógica dessa sentença é

- (A) Se todo sapo é amarelo, então nenhuma perereca é vermelha.
- (B) Todo sapo é amarelo e nenhuma perereca é vermelha.
- (C) Se nem todo sapo é amarelo, então alguma perereca é vermelha.
- (D) Se nenhum sapo é amarelo, então toda perereca é vermelha.
- (E) Nem todo sapo é amarelo ou alguma perereca é vermelha.

13. FGV - Técnico (FunSaúde CE)/Enfermagem Saúde do Trabalhador/2021 (e mais 7 concursos)

Um dos diretores de certo hospital, falando sobre as enfermeiras que lá trabalham disse:

“Todas as enfermeiras são formadas pela UFC.”

Sabendo que essa afirmação não é verdadeira, é correto concluir que

- (A) nenhuma enfermeira é formada pela UFC.
- (B) nenhuma enfermeira é formada.
- (C) alguma enfermeira é formada na Unifor.
- (D) há, pelo menos, uma enfermeira que não é formada na UFC.
- (E) há, pelo menos, uma enfermeira que não é formada.

14. FGV - Auditor Técnico de Controle Externo (TCE-AM)/Ministério Público de Contas/2021

Observe o raciocínio a seguir.

- Os juízes acertam em suas decisões
 - A população deve acatar as decisões judiciais
- Nesse caso, a conclusão deve ser recusada porque:

- (A) a premissa não é verdadeira;
- (B) a conclusão não tem relação lógica com a premissa;
- (C) a conclusão provém de uma só premissa;
- (D) a premissa não contém os termos da conclusão;
- (E) a premissa é verdadeira, mas não é suficiente.

15. FGV - Auditor Fiscal da Receita Estadual (SEFAZ ES)/2021

Hugo não conseguiu assistir ao último episódio de sua série televisiva favorita. No capítulo anterior, o protagonista, Ned, estava em vias de enfrentar uma guerra sangrenta que poderia levá-lo à morte.

Sabendo que seus amigos Bernardo, Fernando e Ronaldo tinham visto o final do seriado, Hugo pediu, explicitamente, que não lhe contassem o que havia ocorrido.

Por diversão, os colegas resolveram escrever, cada um, uma mensagem anônima para Hugo. Os bilhetes foram recebidos na seguinte ordem:

1º: “A guerra foi evitada”;

2º: “A guerra não foi evitada”;

3º: “Ned morreu na guerra”.

Hugo sabe que:

I. Bernardo sempre fala a verdade;

II. Fernando sempre mente; e

III. Ronaldo às vezes fala a verdade e, outras vezes, mente.

Analisando as três mensagens, Hugo conseguiu identificar, pela caligrafia, a que havia sido escrita por Ronaldo.

Tal constatação levou Hugo a concluir corretamente o final do seriado.

Diante disso, responda: a primeira, a segunda e a terceira mensagem foram enviadas, respectivamente, por

(A) Bernardo, Fernando e Ronaldo.

(B) Bernardo, Ronaldo e Fernando.

(C) Fernando, Bernardo e Ronaldo.

(D) Ronaldo, Bernardo e Fernando.

(E) Fernando, Ronaldo e Bernardo.

16. FGV - Assistente Administrativo (FunSaúde CE)/2021 (e mais 3 concursos)

As funcionárias Laura, Maria, Nádia, Olívia e Paula são amigas, trabalham juntas no mesmo setor de uma empresa e chegam ao trabalho por volta das 9 horas. Certo dia, elas chegaram em momentos diferentes e constatou-se que:

- Olívia não foi a primeira a chegar, mas chegou antes de Nádia.

- Quando Laura chegou, três das amigas já tinham chegado.

- Paula chegou antes de Maria.

- Olívia não foi a primeira chegar e a próxima a chegar depois dela foi Nádia.

Na interpretação constitucional, a narrativa acima se mostra:

- (A) errada, pois a pré-compreensão não pode ser utilizada na interpretação constitucional, sob pena de consagrar o subjetivismo em detrimento do caráter objetivo da norma;
- (B) correta, pois o conhecimento adquirido pelo intérprete é apenas condição de desenvolvimento da compreensão, que resulta na atribuição de significado ao texto;
- (C) correta, pois a interpretação evidencia uma total separação entre o sujeito cognoscente e o objeto cognoscido, de modo que a compreensão é da alçada do legislador;
- (D) errada, pois o intérprete, em sua atividade intelectual, deve se limitar a conhecer o sentido imanente ao texto, não participando da construção do significado;
- (E) contraditória, pois a pré-compreensão e a compreensão apresentam uma relação de sobreposição, não ocupando planos sucessivos.

4. FGV - Oficial Policial Militar (PM RJ)/2021

Ana e Maria, estudiosas do Direito, travaram intenso debate a respeito de aspectos da interpretação constitucional. Ana sustentava que a separação rígida entre sujeito cognoscente e objeto cognoscido, própria do formalismo, não se ajustava ao modo como a ordem constitucional brasileira vinha sendo compreendida. Maria, no entanto, ressaltava que a afirmação de Ana era incompatível com o conceito de mutação constitucional.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- (A) Maria está errada, pois o conceito de mutação constitucional está ínsito no formalismo, decorrendo das constantes alterações formais do texto da Constituição.
- (B) Ana está errada, pois o formalismo é a base de toda a interpretação constitucional, apontando para a ilegitimidade de toda argumentação que dele se distancie.
- (C) Ana está errada, pois, na interpretação constitucional, a separação rígida entre sujeito cognoscente e objeto cognoscido decorre da separação de poderes.
- (D) Ana está errada, pois os significantes constitucionais veiculam significados preexistentes, que não são influenciados pela pré-compreensão do intérprete ou por modificações da realidade.
- (E) Maria está errada, pois a mutação constitucional está embasada na atividade argumentativa e decisória desenvolvida pelo intérprete, que não permanece atrelado a significados preexistentes.

5. FGV - Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro/2021/XXVII

No âmbito da ADPF 635 se questionam a política de segurança pública do governo do Estado do Rio de Janeiro, os índices injustificáveis de letalidade promovida pelas intervenções policiais nas favelas e o uso desproporcional da força por parte dos agentes de segurança contra a população negra e pobre.

Diante de dados que comprovam que os efeitos de determinadas políticas públicas violam desproporcionalmente os direitos fundamentais de grupos vulneráveis identificáveis, é correto afirmar que tais políticas podem ser questionadas com fundamento no(a):

- (A) princípio da moralidade administrativa;
- (B) princípio da igualdade formal;
- (C) teoria da discriminação indireta;
- (D) princípio da legalidade;
- (E) princípio da impessoalidade.

6. FGV - Auditor de Controle Externo (TCE-PI)/Engenharia/2021

João e Maria travaram intenso debate a respeito das teorias afetas às restrições aos direitos fundamentais. João defendia que no direito brasileiro é preponderante o entendimento de que esses direitos ensejam o surgimento de posições jurídicas definitivas, o que implica adesão à denominada teoria interna. Maria, por sua vez, refutava esse argumento, afirmando que o entendimento preponderante é o de que os direitos apresentam contornos *prima facie*, se afeiçoando à teoria externa.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que o(s) entendimento(s) de:

- (A) Maria está certo, já que direito e restrição formam individualidades distintas;
- (B) Maria está parcialmente certo, pois o conteúdo *prima facie*, por ser avesso à segurança jurídica, é incompatível com esses direitos;
- (C) João está certo, já que o nível de proteção oferecido por um direito fundamental é incontrastável;
- (D) João está parcialmente certo, pois as posições jurídicas definitivas são incompatíveis com a natureza principiológica desses direitos;
- (E) Maria e João estão parcialmente certos, já que suas explicações se ajustam, respectivamente, às teorias interna e externa.

7. FGV - OAB UNIFICADO - Nacional/Exame Anual 2/2021/XXXIII Exame

O parlamentar José, em apresentação na Câmara dos Deputados, afirmou que os direitos à informação e à liberdade jornalística possuem normatividade absoluta e, por esta razão, não podem ceder quando em colisão com os direitos à privacidade e à intimidade, já que estes últimos apenas tutelam interesses meramente individuais.

Preocupado com o que reputou “um discurso radical”, o deputado Pedro recorreu a um advogado constitucionalista, a fim de que este lhe esclarecesse sobre quais direitos devem prevalecer quando os direitos à intimidade e à privacidade colidem com os direitos à liberdade jornalística e à informação.

O advogado afirmou que, segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, o parlamentar José

(A) está correto, pois, em razão do patamar atingido pelo Estado Democrático de Direito contemporâneo, os direitos à liberdade jornalística e à informação possuem valor absoluto em confronto com qualquer outro direito fundamental.

(B) está equivocado, pois os tribunais entendem que os direitos à intimidade e à privacidade têm prevalência apriorística sobre os direitos à liberdade jornalística e à informação.

(C) está equivocado, pois, tratando-se de uma colisão entre direitos fundamentais, se deve buscar a conciliação entre eles, aplicando-se cada um em extensão variável, conforme a relevância que apresentem no caso concreto específico.

(D) está correto, pois a questão envolve tão somente um conflito aparente de normas, que poderá ser adequadamente solucionado se corretamente utilizados os critérios da hierarquia, da temporalidade e da especialidade.

8. FGV - Notário e Registrador (TJ SC)/Remoção/2021

André e Felipe travaram intenso debate a respeito da relevância do alicerce teórico dos direitos fundamentais em um Estado Democrático de Direito, de modo a identificar o surgimento de possíveis situações de conflito entre eles.

André defendia que a teoria externa alicerçava os direitos fundamentais. A partir deles seriam obtidas posições definitivas e teriam natureza principiológica.

Felipe, por sua vez, entendia que esses direitos estavam alicerçados na teoria interna. Dariam origem a posições *prima facie* e teriam a natureza de regras.

À luz da forma como os direitos fundamentais têm sido compreendidos na realidade brasileira, é correto afirmar que:

- (A) André está completamente certo;
- (B) Felipe está completamente certo;
- (C) André está parcialmente certo, já que os direitos fundamentais dão origem a posições *prima facie*;
- (D) Felipe está parcialmente certo, já que os direitos fundamentais têm a natureza de princípios;
- (E) Felipe está parcialmente certo, já que os direitos fundamentais estão alicerçados na teoria interna.

9. FGV - OAB UNIFICADO - Nacional/Exame Anual 1/2020/XXXI Exame

Preocupado com o grande número de ações judiciais referentes a possíveis omissões inconstitucionais sobre direitos sociais e, em especial, sobre o direito à saúde, o Procurador-Geral do Estado Beta (PGE) procurou traçar sua estratégia hermenêutica de defesa a partir de dois grandes argumentos jurídicos: em primeiro lugar, destacou que a efetividade dos direitos prestacionais de segunda dimensão, promovida pelo Poder Judiciário, deve levar em consideração a disponibilidade financeira estatal; um segundo argumento é o relativo à falta de legitimidade democrática de juízes e tribunais para fixar políticas públicas no lugar do legislador eleito pelo povo.

Diante de tal situação, assinale a opção que apresenta os conceitos jurídicos que correspondem aos argumentos usados pelo PGE do Estado Beta.

- (A) Dificuldade contraparlamentar e reserva do impossível.
- (B) Reserva do possível fática e separação dos Poderes.
- (C) Reserva do possível jurídica e reserva de jurisdição do Poder Judiciário.
- (D) Reserva do possível fática e reserva de plenário.

10. FGV - Delegado de Polícia Civil (RN)/2021

Maria, servidora pública estadual, durante o expediente, dirigiu-se ao setor de protocolo da repartição em que atuava e ali deixou um pacote a ser remetido ao destinatário pelo serviço de envio postal da Administração Pública. Em razão das características do pacote e do receio de que contivesse alguma substância ilícita, foi travada intensa discussão entre os servidores que ali atuam sobre a possibilidade, ou não, de procederem à sua abertura.

À luz da sistemática constitucional, os servidores concluíram corretamente que:

- (A) poderiam abrir o pacote, pois o sigilo da correspondência não pode legitimar práticas ilícitas, e qualquer do povo pode impedir a sua consumação;
- (B) somente poderiam abrir o pacote, contra a vontade do remetente, mediante autorização judicial, considerando o sigilo da correspondência;
- (C) somente poderiam abrir o pacote, contra a vontade do remetente, mediante autorização judicial ou nas hipóteses previstas em lei;
- (D) somente poderiam abrir o pacote na presença do remetente e com a prévia obtenção do seu consentimento expresso;
- (E) não poderiam abrir o pacote, considerando a fundamentalidade do sigilo da correspondência.

12.(FGV - ATCE (TCE-AM)/TCE-AM/MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS/2021)

Assunto: Terceiro Setor (OSs, OSCIPs, Sistema S e Fundações de Apoio)

O Estado Alfa firmou contrato de gestão com a Organização Social (OS) Gama para o gerenciamento, operacionalização e execução de ações e serviços de saúde no Hospital Estadual Beta.

No caso em tela, na busca do cumprimento dos objetivos comuns indicados pelas partes no contrato de gestão, de acordo com as disposições legais aplicáveis:

- (A) à OS Gama se aplica o controle externo exercido pela Secretaria Estadual de Saúde, mediante seu poder hierárquico, pois integra a Administração indireta;
- (B) ao Poder Executivo do Estado Alfa é facultada a cessão especial de servidor para a OS Gama, com ônus para a origem;
- (C) a OS Gama não se submete diretamente à lei de improbidade administrativa, nem se sujeita a controle financeiro e contábil pelo Tribunal de Contas, por ostentar personalidade jurídica de direito privado;
- (D) o conselho de administração da OS Gama deve estar estruturado nos termos em que dispuser o seu respectivo estatuto, permitindo o controle social e vedada a participação de representantes do poder público;
- (E) a OS Gama deve possuir finalidade não lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de metade de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades, facultada a divisão de lucros da outra metade aos associados.

13.(FGV - ANA ESP (IMBEL)/IMBEL/COMPRADOR TÉCNICO/2021)

Assunto: Lei nº 13.303/2016 - Estatuto Jurídico da EP e SEM (arts. 1º a 27)

Quando uma empresa pública ou uma sociedade de economia mista, que exploram atividade econômica, assumem obrigações e responsabilidades em condições distintas às de qualquer outra empresa do setor privado, devem cumprir algumas condições. Em relação a essas condições, analise as afirmativas a seguir.

I.O custo e as receitas devem ser discriminados e divulgados de forma transparente, inclusive no plano contábil.

II.O resultado obtido deve ser auditado por auditoria independente e evidenciado ao público.

III.As condições devem ser definidas em lei ou regulamento, bem como previstas em contrato, celebrado com o ente público competente para estabelecê-lo, observada a ampla publicidade desse instrumento.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

14.(FGV - DEL POL (PC RN)/PC RN/2021)

Assunto: Responsabilidade Civil do Estado

João, que cumpria pena em estabelecimento prisional após ser condenado pela prática de inúmeros homicídios, logrou êxito em fugir. Após alguns dias escondido na mata, invadiu uma casa e matou três dos cinco integrantes da família que ali residia, sendo preso em flagrante delito. Os sobreviventes ajuizaram ação de reparação de danos em face do Estado, argumentando com a omissão dos seus agentes na manutenção da prisão de João e na sua não captura, de modo a evitar a ocorrência dos fatídicos eventos.

À luz da sistemática constitucional, no caso em tela, a responsabilidade extracontratual do Estado:

- (A) não deve ser reconhecida, já que ausente o nexo causal entre a omissão e o dano, embora a responsabilidade, nesses casos, seja objetiva, com base no risco administrativo;
- (B) deve ser reconhecida com base na teoria da responsabilidade objetiva, de contornos absolutos, que não admite as excludentes do caso fortuito e da força maior;
- (C) deve ser reconhecida com base na teoria da falta administrativa, tendo em vista a flagrante omissão detectada e o seu nexo causal com o dano perpetrado;
- (D) não deve ser reconhecida, já que o Estado não pode ser responsabilizado pelo dano causado por João, já que com ele não mantinha vínculo funcional;
- (E) deve ser reconhecida com base na teoria do risco integral, cujos elementos constitutivos estão plenamente caracterizados.

15.(FGV - SEC ASSIST (MPE GO)/MPE GO/2022)

Assunto: Conceitos (Serviços Públicos, Lei 8.987)

As empresas públicas são entidades com papel importante no contexto brasileiro, sendo, muitas vezes, alvo dos meios de comunicação por estarem relacionadas tanto a eventos positivos como negativos. Embora estejam presente em grande número no Brasil, essas empresas só podem ser criadas com a finalidade de exercer determinados tipos de atividade, como

- (A) a prestação de Serviços Públicos.
- (B) o julgamento de crimes civis.
- (C) a elaboração e aprovação de leis de interesse geral.
- (D) a atuação em substituição da polícia judiciária.
- (E) a representação diplomática da República Federativa do Brasil no lugar da União.

16.(FGV - CM (CM ARACAJU)/CM ARACAJU/LEGISLATIVO/2021)

Assunto: Princípios (Serviços Públicos, Lei 8.987)

Os serviços públicos municipais, tais como iluminação pública e abastecimento de água, devem ser prestados de forma contínua diante das necessidades inadiáveis dos usuários e de toda sociedade.

Tal assertiva traduz o princípio aplicável à prestação dos serviços públicos da:

- (A) generalidade, segundo o qual todos devem ter acesso aos serviços públicos primários, que não podem ser interrompidos em qualquer hipótese;
- (B) atualidade, que gera a obrigação do poder público de não descontinuar a prestação dos serviços públicos chamados essenciais, em qualquer hipótese;
- (B) modicidade, que garante a prestação eficiente do serviço de forma permanente, sendo possível sua interrupção apenas uma vez por semana em casos de urgência;
- (D) gratuidade, uma vez que toda a população tem direito a acesso aos serviços públicos essenciais sem quaisquer custos e de forma integral, sendo possível uma interrupção por mês;
- (E) continuidade, mas não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso na forma da lei.

17.(FGV - ANA (CM ARACAJU)/CM ARACAJU/LEGISLATIVO/2021)

Assunto: Concessões - Deveres e direitos (usuários, concedente, concessionária, licitações, lei 8.987)

O Estado de Sergipe, após regular processo licitatório, celebrou contrato de concessão de determinada rodovia estadual, sendo certo que a concessionária é remunerada mediante a cobrança de tarifa dos usuários do serviço público. No curso do contrato, o poder concedente deseja compelir o concessionário a reduzir o valor inicial do pedágio.

A pretensão do Estado é:

- (A) inviável, em qualquer hipótese, pois as revisões devem ser feitas para majorar a tarifa;
- (B) inviável, pois seria imprescindível a rescisão contratual e a retomada do serviço pelo concedente;
- (C) viável, desde que o concessionário seja compensado para se manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- (D) viável, desde que haja prévia autorização do Poder Legislativo estadual, independentemente de se assegurar a margem de lucro do concessionário;
- (E) viável, desde que haja prévia autorização do governador, independentemente de se assegurar a margem de lucro do concessionário.

18.(FGV - AJ (TJ RO)/TJ RO/OFFICIAL DE JUSTIÇA/2021)

Assunto: Autorização, permissão e concessão (Serviços Públicos)

O Estado Alfa pretende contratar a reforma de determinada obra de interesse público, por meio de licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, para delegação à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da contratada seja remunerado e amortizado mediante a exploração da obra por prazo determinado.

No caso em tela, a contratação ocorrerá por:

- (A) concessão de serviço público precedida da execução de obra pública, cujo contrato deve estipular os cronogramas físico-financeiros de execução das obras vinculadas à concessão e exigir garantia do fiel cumprimento, pela concessionária, das obrigações relativas às obras vinculadas à concessão;
- (B) permissão de serviço público, cujo contrato deve estipular as penalidades administrativas a que se sujeita a permissionária e exigir garantia do fiel cumprimento, pela permissionária, das obrigações relativas às obras vinculadas à concessão;
- (C) concessão de serviço público, cujo contrato deve estipular os cronogramas físico-financeiros de execução das obras vinculadas à concessão e os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas à concessionária;
- (D) autorização de uso de bem público, cujo contrato deve estipular a exigência da publicação de demonstrações financeiras periódicas da concessionária e prever o foro e o modo amigável de solução das divergências contratuais;
- (E) permissão de uso de bem público, cujo contrato deve prever os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas à permissionária, e as condições para prorrogação do contrato.

19.(FGV - ANA (FUNSAÚDE CE)/FUNSAÚDE CE/ QUALQUER FORMAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR/2021)

Assunto: Convênios Administrativos

De acordo com o Decreto nº 6.170/2007, que dispõe sobre as transferências de recursos da União por meio de convênios e contratos de repasse, existem algumas situações em que o repasse para entidades privadas sem fins lucrativos é vedado.

Assinale a opção que apresenta uma dessas situações de vedação.

- (A) Quando o dirigente da entidade for sócio de escritório de advocacia.
- (B) Quando o dirigente da entidade for servidor público do Poder Judiciário.

(D) é possível a imputação ao tipo objetivo nas situações cotidianas de atividades, sobretudo as mais arriscadas, que excepcionalmente geram acidentes, quando os mínimos riscos são socialmente adequados;

(E) não é possível excluir a imputação quando, ainda que o autor haja criado um risco para o bem jurídico tutelado, o resultado não for consequência desse perigo.

14. (FGV - Inv Pol (PC RJ)/PC RJ/2022)

No que diz respeito a consumação e tentativa, corresponde a uma das etapas da fase interna ou mental:

- (A) manifestação;
- (B) preparação;
- (C) resolução;
- (D) execução;
- (E) consumação.

15. (FGV - Of (PM RJ)/PM RJ/2021)

Jéssica, policial militar, após forte discussão com Maicon, seu marido, durante seu mês de férias, pega, na gaveta da cômoda, arma de fogo registrada em seu nome que regularmente possuía e, com animus necandi, efetua um disparo na sua direção.

Jéssica se surpreende, pois o disparo não foi efetivado, descobrindo que a arma estava sem munição, visto que Maicon, sem que sua esposa soubesse, havia retirado e arremessado a munição em um rio, ao lado do imóvel.

Diante da confusão instaurada, policiais foram chamados ao local e a encaminharam à unidade policial.

Considerando os fatos narrados, o fato praticado por Jéssica, conforme entendimento doutrinário majoritário, configura

- (A) crime impossível, diante da absoluta ineficácia do meio.
- (B) tentativa de homicídio simples, pois a ineficácia do meio era relativa.
- (C) tentativa de homicídio qualificado, pois Jéssica não tinha conhecimento que a arma estava desmuniçada.
- (D) tentativa de homicídio simples, pois presente elemento subjetivo e a impropriedade do objeto era relativa.
- (E) crime impossível, diante da absoluta impropriedade do objeto.

16. (FGV - Inv Pol (PC RJ)/PC RJ/2022)

Insatisfeito com o término da sua relação amorosa, Hélios passa a monitorar as atividades de Atena, vindo a descobrir que, em curto espaço de tempo, ela assumiu um novo relacionamento com Eros. Após elaborar uma emboscada, de posse de uma faca de cozinha, Hélios surpreende o casal numa praça pública, atentando contra a vida de Eros, desferindo três facadas. Com a vítima já

caída ao solo, Atena passa a suplicar pela interrupção da ação, prometendo reatar o romance com Hélios, que, satisfeito com o que ouviu, cessa os golpes e providencia o transporte de Eros até o hospital. Em que pese a gravidade das lesões, a vítima é salva, retomando suas ocupações habituais após trinta dias de internação.

O caso narrado retrata hipótese de:

- (A) desistência voluntária;
- (B) arrependimento eficaz;
- (C) arrependimento posterior;
- (D) crime tentado;
- (E) crime consumado.

17. (FGV - Ag Pol (RN)/PC RN/2021)

Cássio, com a intenção de matar Patrício, efetua disparo de arma de fogo em sua direção, que atinge seu braço e o faz cair no chão. Enquanto caminha na direção de Patrício para efetuar novo disparo, Cássio percebe a aproximação de policiais e se evade do local, deixando Patrício apenas com o ferimento no braço.

Considerando os fatos narrados, Cássio deverá responder pelo crime de:

- (A) tentativa de homicídio;
- (B) tentativa de homicídio, com diminuição da pena pela desistência voluntária;
- (C) lesão corporal, pois houve desistência voluntária;
- (D) tentativa de homicídio, com diminuição da pena pelo arrependimento eficaz;
- (E) lesão corporal, pois houve arrependimento eficaz.

18. (FGV - Per Leg (PC RJ)/PC RJ/Medicina/2021)

A respeito do tema consumação e tentativa, é correto afirmar que:

- (A) o estupro de vulnerável se consuma com a prática de ato de libidinagem específico ofensivo à dignidade sexual da vítima;
- (B) a tentativa incruenta é modalidade de crime tentado no qual a vítima sofre ferimentos;
- (C) quanto mais perto da consumação, maior será a fração redutora, pois menor a reprovabilidade da conduta;
- (D) nos crimes de tipo misto alternativo, a prática de um dos verbos já é suficiente para a consumação da infração;
- (E) a aferição da quantidade de pena a ser reduzida pela tentativa decorre da culpabilidade do agente.

19. (FGV - Del Pol (PC RN)/PC RN/2021)

Durante evento na loja de uma operadora de telefonia móvel, Tereza, aproveitando-se da distração dos funcionários, subtraiu para si um aparelho celular. Ao chegar em casa, sua mãe descobriu o fato e a convenceu a comparecer à delegacia para devolver o aparelho subtraído, o que foi por ela feito no dia seguinte.

Diante dos fatos narrados, a conduta de Tereza configura:

- (A) furto na forma tentada, pois houve arrependimento eficaz;
- (B) furto na forma tentada, pois houve desistência voluntária;
- (C) atipicidade, em razão do arrependimento eficaz;
- (D) furto na forma consumada, com a causa de diminuição pelo arrependimento posterior;
- (E) furto na forma consumada, sem causa de diminuição de pena, pois a restituição da coisa não se deu de maneira espontânea.

20. (FGV - Per (PC AM)/PC AM/4ª Classe/Biologia/2022)

Sérgio, andando na rua perto de sua residência, se depara com um cachorro de rua que parte em sua direção para ataca-lo. Muito assustado, Sérgio pega um canivete em seu bolso e mata o animal.

Com relação à situação jurídico-penal de Sérgio, a tese defensiva que poderá ser alegada é

- (A) legítima defesa.
- (B) estado de necessidade.
- (C) exercício regular de direito.
- (D) estrito cumprimento do dever legal.
- (E) coação física irresistível.

21. (FGV - Adv (IMBEL)/IMBEL/2021)

João andava pela rua falando ao celular quando teve seu aparelho furtado por uma pessoa que passou correndo de bicicleta. O furtador estava em uma bicicleta cinza, usando moletom preto.

Ao andar mais algumas quadras, João vê José, que usava um moletom preto, sentando em cima de uma bicicleta cinza, falando ao celular, sendo o aparelho semelhante ao que acabara de ser furtado.

Acreditando, equivocadamente, que José era o autor do delito de furto que acabara de sofrer, João tenta prendê-lo em flagrante. José tenta explicar que não era a pessoa procurada e que estava há uma hora ali parado aguardando para fazer uma entrega.

João não acredita e começa a agredir José para obrigá-lo a entrar em um taxi, a fim de conduzi-lo a uma Delegacia de Polícia. Diante disso, José agride João e se afasta do local. Tanto João quanto José sofrem lesões corporais leves.

Assinale a opção que indica as responsabilidades penais de João e de José, respectivamente.

- (A) Lesão corporal leve e lesão corporal leve.
- (B) Lesão corporal culposa e lesão corporal leve.
- (C) Nenhuma responsabilidade penal, porque agiu em exercício regular de direito putativo, e nenhuma responsabilidade penal, porque agiu em legítima defesa real.

(D) Nenhuma responsabilidade penal, porque agiu em exercício regular de direito, e lesão corporal leve.

(E) Lesão corporal leve e nenhuma responsabilidade penal porque agiu em legítima defesa putativa

22. (FGV - Estag (MPE BA)/MPE BA/Direito/2022)

Esteban, jovem graduando em Direito, viaja com a associação atlética de sua universidade para festividades em cidade do interior do Estado. Em meio às confraternizações, substância entorpecente é oferecida a Esteban por seus colegas. A fim de superar sua timidez, o agente aceita consumir as referidas drogas, atingindo embriaguez completa. Ao recobrar os sentidos, Esteban tinha em sua posse um relógio que furtou naquela noite, tendo os colegas lhe contado que havia também agredido alunos da universidade rival, invadido domicílio e praticado crime de dano aos pertences dos citados alunos.

Acerca da culpabilidade e da teoria da actio libera in causa, é correto afirmar que:

- (A) a embriaguez por caso fortuito ou força maior não atenua nem isenta o réu de pena;
- (B) ao passo que a embriaguez voluntária agrava a pena do agente, a embriaguez preordenada apenas justifica a imposição de pena criminal;
- (C) Esteban não poderá ser responsabilizado criminalmente, posto que ausente vontade livre e consciente, em razão da embriaguez completa;
- (D) o direito penal brasileiro apenas autoriza a punição do agente quando a embriaguez é preordenada, assim entendida a conduta do agente que se utiliza da substância para praticar o crime;
- (E) tratando-se de embriaguez voluntária, culposa ou preordenada, o agente poderá ser responsabilizado pelas ações praticadas no contexto de embriaguez, fixando-se como parâmetro para aferição da culpabilidade o momento de consumo da substância.

23. (FGV - Per Leg (PC RJ)/PC RJ/Medicina/2021)

O tipo penal é a ferramenta fundamental para limitar o poder punitivo do Estado e determinar a liberdade de conduta dos cidadãos.

Compõem o conceito de sujeitos da conduta típica:

- (A) autor, réu e juiz;
- (B) juiz, promotor, defensor e réu;
- (C) sujeito ativo, sujeito passivo e o Estado;
- (D) juiz, promotor e réu;
- (E) agente, vítima e testemunha.

24. (FGV - Inv Pol (PC RJ)/PC RJ/2022)

Agamenon, Aquiles, Ájax e Cadmo combinam de furtar pneus de veículos automotores do interior de um galpão cercado de mato e aparentemente abandonado. Agamenon e Cadmo permanecem no carro, ao passo que Ájax arromba o portão e Aquiles ingressa, se deparando,

19.(FGV - ADV (FUNSAÚDE CE)/FUNSAÚDE CE/2021)

Assunto: Do Interrogatório do Acusado (arts. 185 a 196 do CPP)

O Ministério Público Federal ofereceu denúncia em face de Vitor, imputando-lhe a prática do crime de contrabando, previsto no Art. 334-A do CP.

O acusado foi regularmente citado e ofereceu resposta à acusação no prazo legal. Não tendo sido absolvido sumariamente, foi designada audiência de instrução, na qual foi produzida a prova testemunhal e, a seguir, iniciado o interrogatório. Nesse momento, Vitor foi qualificado, cientificado do teor da acusação e questionado sobre sua pessoa.

Antes de o juiz iniciar as perguntas sobre o fato, o réu manifestou seu desejo de permanecer em silêncio, respondendo apenas às perguntas de seus advogados. Sob protestos da defesa técnica, o juiz encerrou o ato, negando o silêncio parcial. Vitor veio a ser condenado, sem que pudesse se manifestar pessoalmente sobre os fatos imputados.

Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

(A) O interrogatório foi realizado de maneira regular, já que é ato conduzido pelo juiz, sendo vedado o silêncio seletivo do acusado.

(B) Deve ser reconhecida a nulidade do interrogatório, pois tratase de meio de defesa, sendo compatível com o direito ao silêncio a opção de responder apenas às perguntas defensivas. Houve violação, no caso, à ampla defesa.

(C) Embora seja admissível o silêncio parcial, não há de se falar em nulidade, por ausência de prejuízo no caso narrado, podendo o juiz negar a realização do interrogatório se entender que o ato é desnecessário à apuração da verdade.

(D) Deve ser reconhecida a nulidade do interrogatório, pois o juiz inverteu a ordem dos atos probatórios ao iniciar o interrogatório após a oitiva das testemunhas de acusação e defesa.

(E) Deve ser reconhecida a nulidade do interrogatório, pois, de acordo com o Código de Processo Penal, as perguntas sobre a pessoa do acusado devem ser realizadas diretamente pela defesa técnica e não pelo juiz.

20.(FGV - OF (PM PB)/PM PB/2021)

Assunto: Do Interrogatório do Acusado (arts. 185 a 196 do CPP)

Durante o cumprimento de mandado de busca e apreensão, agente policiais procederam à entrevista (oitiva) do investigado, no interior da sua residência, antes que o contato com familiares ou advogado fosse franqueado. A oitiva foi formalmente documentada, por meio de termo, que se limitou a indicar os dados qualificativos do declarante, bem como o conteúdo do que foi informado.

Diante desse cenário, é correto afirmar que:

(A) o interrogatório de campo tem valor probatório relativo, podendo ser levado a cabo por agentes policiais antes da formalização da oitiva em procedimento investigatório próprio;

(B) a entrevista informal não encontra disciplina normativa específica, sendo vedado o seu emprego, mesmo diante da anuência livre e consciente do declarante;

(C) o interrogatório de campo é despido de valor probatório, prestando-se à orientação das atividades policiais de busca, exploração e investigação;

(D) a entrevista informal ocorre em momento de vulnerabilidade do declarante, acarretando a produção de prova ilícita, independentemente da demonstração de prejuízo;

(E) o interrogatório de campo depende, para sua validade, da cientificação do declarante das suas garantias e da anuência com a gravação do ato.

21.(FGV - DEL POL (PC RN)/PC RN/2021)

Assunto: Da Confissão (arts. 197 a 200 do CPP)

Relativamente às regras sobre a prova confessional, é correto afirmar que:

(A) a confissão é divisível e retratável;

(B) o silêncio do acusado implicará a confissão das condutas que lhe são imputadas;

(C) o silêncio do acusado não importará em confissão das condutas que lhe são imputadas, mas poderá ser interpretado em prejuízo da defesa;

(D) durante o interrogatório judicial de réu preso, não há obrigação de que a autoridade judicial informe o acusado de seu direito de permanecer calado e de não responder às perguntas que lhe forem formuladas;

(E) a confissão do acusado possui valor intrínseco superior às demais provas documentais, periciais ou testemunhais, devendo ser aferida pelo magistrado por critérios diferenciados em relação ao restante do conjunto probatório.

22.(FGV - PJ (MPE GO)/MPE GO/2022)

Assunto: Das Testemunhas (arts. 202 a 225 do CPP)

Em virtude de desavença familiar no interior de uma residência, um marido agrediu, mediante socos e chutes, sua esposa, na presença de familiares (pais, irmãos, filhos e primos) que lá se encontravam para a comemoração de um aniversário. Ao elaborar a denúncia, o promotor de justiça arrolou, além da vítima, as demais pessoas presentes como testemunhas.

O magistrado, ao deliberar sobre a designação de audiência de instrução e julgamento, deverá:

- (A) indeferir a oitiva, pois a oitiva de depoimento testemunhal de parente do envolvido não é admitida em nosso ordenamento jurídico;
- (B) deferir a oitiva, pois o depoimento testemunhal de parente do envolvido é admitido em nosso ordenamento e notadamente relevante em casos nos quais a conduta foi praticada no âmbito doméstico dos familiares;
- (C) indeferir a oitiva, pois a oitiva de depoimento testemunhal de parente do envolvido é expressamente vedada em nosso ordenamento;
- (D) deferir a oitiva, pois a legislação brasileira é expressa em admitir toda pessoa como testemunha, não fazendo vedação à qualidade ou proximidade com os envolvidos no fato;
- (E) indeferir a oitiva, pois a comprovação da conduta delituosa, nesse caso específico, pode ser feita por outros elementos, dependendo o depoimento testemunhal de expressa anuência da testemunha.

23.(FGV - DEL POL (PC RN)/PC RN/2021)

Assunto: Das Testemunhas (arts. 202 a 225 do CPP)

No curso de inquérito, a autoridade policial intimou Pedro a, na qualidade de testemunha, prestar informações sobre determinado fato delituoso. Na condição de testemunha, Pedro:

- (A) não estará obrigado a comparecer à delegacia para prestar informações, tendo em vista a ausência de poder da autoridade policial para tal intimação;
- (B) estará obrigado a comparecer à delegacia e prestar informações com o dever legal de dizer a verdade, ainda que possua relação de parentesco em linha reta com o investigado;
- (C) não estará obrigado a comparecer à delegacia, podendo se valer do direito ao silêncio, ainda que não tenha relação com os fatos;
- (D) estará obrigado a comparecer à delegacia, mas, independentemente da relação com o investigado, não terá a obrigação legal de dizer a verdade, por ainda não haver denúncia;
- (E) estará obrigado a comparecer à delegacia, mas não precisará responder às perguntas formuladas que puderem resultar em autoincriminação.

24.(FGV - DEL POL (PC AM)/PC AM/4ª CLASSE/2022)
Assunto: Do Reconhecimento de Pessoas e Coisas (arts. 226 a 228 do CPP)

Sobre o reconhecimento fotográfico, de acordo com a atual orientação do STJ, é correto afirmar que

- (A) o reconhecimento fotográfico, realizado na investigação com base em buscas das vítimas em fotos constantes de rede social, é suficiente para embasar a sentença condenatória.
- (B) o reconhecimento fotográfico, realizado na investigação, com posterior confirmação por prova testemunhal em juízo, é suficiente para embasar a sentença condenatória.
- (C) a inobservância total ou parcial dos preceitos do Art. 226 do CPP, em relação ao reconhecimento fotográfico, interfere na legitimidade do decreto condenatório.
- (D) a inobservância total ou parcial dos preceitos do Art. 226 do CPP, em relação ao reconhecimento pessoal, interfere na legitimidade do decreto condenatório.
- (E) o reconhecimento fotográfico realizado na investigação serve apenas como prova inicial, dependendo de posteriormente haver reconhecimento pessoal.

25.(FGV - DEL POL (PC AM)/PC AM/4ª CLASSE/2022)
Assunto: Dos Indícios (art. 239 do CPP)

Acerca da definição de infração penal, que pode ser transeunte ou não transeunte, assinale a opção correta.

- (A) As infrações transeuntes não deixam indícios.
- (B) As infrações não transeuntes podem deixar indícios e vestígios.
- (C) O vestígio corresponde à circunstância conhecida e comprovada que, tendo relação com o fato principal, leva à conclusão acerca de outras circunstâncias.
- (D) O indício, uma vez analisado e interpretado, passa a ser uma evidência, e um fato conhecido e comprovado será um vestígio.
- (E) O vestígio, uma vez analisado e interpretado, passa a ser uma evidência, e um fato conhecido e comprovado será um indício.

Questão 26: FGV - Alun Of (PM AM)/PM AM/2022

Assunto: Da Busca e Apreensão (arts. 240 a 250 do CPP)

Durante uma patrulha, por volta das 22h, dois policiais militares avistaram um corpo, já em decomposição, em uma rua sem movimento. O cadáver aparentava estar no local por vários dias. De fato, a vítima do crime de homicídio havia morrido uma semana antes. Próximo dali, os agentes viram uma pequena casa e, ao se aproximarem, constataram que era habitada, mas que ninguém nela se encontrava naquele momento. Sem mandado judicial, forçaram uma janela e conseguiram entrar. Já dentro da residência, após procurarem algum objeto relacionado ao

9.(FGV - AGENTE DE POLÍCIA CIVIL (RN)/2021 (E MAIS 1 CONCURSO))

O Estatuto da Pessoa com Deficiência dispõe que toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

O mencionado diploma legal considera discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência:

- (A) que está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa;
- (B) a qual não tem sua plena capacidade civil afetada, exceto para casar-se e constituir união estável;
- (C) a qual tem sua plena capacidade civil afetada, principalmente para exercer direitos sexuais e reprodutivos;
- (D) incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas;
- (E) excluindo casos que envolvam menores de 18 anos com deficiência, pois já são protegidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

10.(FGV - INVESTIGADOR DE POLÍCIA (PC AM)/4ª CLASSE/2022)

Médicos do hospital particular Alfa atenderam, na emergência, João, pessoa com deficiência, e constataram que o paciente foi vítima de violência praticada em razão de sua deficiência mental. A violência consistiu em ação praticada em local privado, que causou danos, bem como sofrimento físico e psicológico em João.

Consoante dispõe o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), o caso em tela

- (A) não será objeto de notificação compulsória pelo hospital, porque se trata de unidade de saúde privada.
- (B) não será objeto de notificação compulsória pelo hospital, porque a violência aconteceu em local privado.
- (C) será objeto de notificação compulsória pelo hospital apenas à autoridade policial, desde que o paciente manifeste seu direito de representação.
- (D) será objeto de notificação compulsória pelo hospital à autoridade policial e ao Ministério Público, além dos Conselhos dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
- (E) será objeto de notificação compulsória pelo hospital apenas à unidade de saúde mental mais próxima, independentemente de o paciente manifestar seu direito de representação.

11.(FGV - DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL (RN)/2021)

João praticou e incitou discriminação contra Maria, em razão de sua deficiência mental, na medida em que publicou indevidamente fotos e vídeos da vítima com comentários em tom jocoso e depreciativo, por intermédio de meios de comunicação social na internet. O fato chegou ao conhecimento do delegado de polícia, que instaurou inquérito policial.

No caso em tela, de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a interdição das respectivas mensagens ou páginas de informação na internet, sob pena de desobediência, pode ser determinada pelo:

- (A) delegado de polícia, diretamente, antes ou no curso do inquérito policial;
- (B) delegado de polícia, diretamente, apenas no curso do inquérito policial;
- (C) membro do Ministério Público ou delegado de polícia, diretamente, no curso do inquérito policial;
- (D) juiz, membro do Ministério Público ou delegado de polícia, diretamente, no curso do inquérito policial;
- (E) juiz, ouvido o Ministério Público ou a pedido deste, ainda antes do inquérito policial.

12.(FGV - DELEGADO DE POLÍCIA (PC AM)/4ª CLASSE/2022)

Maria, Secretária de Estado do Sistema Prisional do Estado Alfa, solicitou que sua assessoria indicasse os balizamentos a serem observados na utilização de armamentos menos letais no âmbito do sistema prisional, considerando os termos da Recomendação nº 12/2020 do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH).

A assessoria observou que

- I. os vinte e seis Estados devem editar atos normativos regulamentando o emprego de armamentos menos letais, pelos agentes de segurança em serviço nas unidades do sistema prisional;
- II. esses regulamentos devem ser de acesso restrito, de modo a evitar rupturas na segurança;
- III. devem ser objeto de registro circunstanciado e motivado todos os eventos que envolverem o seu emprego, ainda que não resultem em lesões corporais ou morte; e
- IV. deve ser aconselhado, em todas as circunstâncias, o uso, nas galerias das unidades prisionais, de bombas de efeito moral e de luz e som.

Estão corretas as observações

- (A) II, III e IV, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV

13.(FGV - DELEGADO DE POLÍCIA (PC AM)/4ª CLASSE/2022)

Maria, presidente da Associação das Pessoas com Deficiência do Estado Alfa, travou intenso debate com um representante do governo federal a respeito da existência de uma faculdade ou de um dever jurídico na promoção de medidas de conscientização da sociedade a respeito dessa camada da população, estimulando a observância aos seus direitos, combatendo estereótipos e ressaltando suas contribuições e capacidades.

Ao final, concluíram corretamente que se está perante (A) um dever jurídico previsto em norma internacional e que foi incorporado à ordem jurídica interna com o status de norma legal, incluindo ainda o dever de lançar e dar continuidade a campanhas publicitárias de conscientização.

(B) um dever jurídico previsto em norma internacional e que foi incorporado à ordem jurídica interna com o status de norma constitucional, incluindo ainda o dever de fomentar o respeito a essas pessoas em todos os níveis de educação.

(C) um dever jurídico previsto em norma internacional e que foi incorporado à ordem jurídica interna com o status de norma supralegal, mas infraconstitucional, incluindo ainda o dever de favorecer atitudes receptivas em relação a essas pessoas.

(D) uma faculdade jurídica sujeita à avaliação política das maiorias ocasionais, que não decorre de compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro, mas, sim, da necessidade mais ampla de proteção da dignidade humana.

(E) uma faculdade jurídica contemplada em norma internacional, que deve ser implementada em conjunto pelos Estados-partes, de modo que possam alcançar padrões universais uniformes de proteção às pessoas com deficiência.

14.(FGV - DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL (PC AP)/2010)

Assinale a alternativa que apresente uma garantia judicial constante da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (pacto de San José da Costa Rica) que não possua correspondente expresso na Constituição de 1988.

(A) Toda pessoa acusada de delito tem direito a que se presuma sua inocência enquanto não se comprove legalmente sua culpa.

(B) Toda pessoa acusada de delito tem direito de não ser obrigado a depor contra si mesma, nem a declarar-se culpada.

(C) Toda pessoa acusada de delito tem direito de recorrer da sentença a juiz ou tribunal superior.

(D) O processo penal deve ser público, salvo no que for necessário para preservar os interesses da justiça.

(E) Se depois da perpetração do delito a lei previr a imposição de pena mais leve, o delinqüente será por isso beneficiado.

15.(FGV - OAB UNIFICADO - NACIONAL/EXAME ANUAL 3/2013/XII EXAME)

O processo histórico de afirmação dos direitos humanos foi inscrito em importantes documentos, tais como a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 ou mesmo a Constituição Mexicana de 1917. Desse processo é possível inferir que os Direitos Humanos são constituídos por, ao menos, duas dimensões interdependentes e indivisíveis.

São elas:

(A) Direitos Naturais e Direitos Positivos.

(B) Direitos Cíveis e Direitos Políticos.

(C) Direitos Cíveis e Políticos e Direitos Econômicos e Sociais.

(D) Direito Público e Direito Privado

16.(FGV - OAB UNIFICADO - NACIONAL/EXAME ANUAL 2/2013/XI EXAME)

“Ninguém poderá ser detido, preso ou despojado dos seus bens, costumes e liberdades, senão em virtude de julgamento de seus pares, segundo as leis do país.”

O texto transcrito é um trecho da Magna Carta, proclamada na Inglaterra, no ano de 1215. Esse importante documento é apontado como um marco na afirmação histórica dos direitos humanos, dentre outras razões, porque

(A) consolida os direitos cíveis e políticos e os econômicos e sociais.

(B) é origem daquilo que na modernidade ficou conhecido como devido processo legal.

(C) representa um marco jurídico político que estabeleceu uma nova ordem social na Inglaterra, tendo sido respeitada por todos os governos seguintes.

(D) institui e oficializa o direito ao habeas corpus

17.(FGV - TÉCNICO SUPERIOR JURÍDICO (DPE RJ)/2019)

Após a II Guerra Mundial, foi criada a Organização das Nações Unidas, e uma de suas primeiras atividades foi aprovar uma Declaração de Direitos Humanos que vinculasse o conceito e a ideia desses direitos a valores fundamentais afirmados na modernidade.

Isso fica expresso no próprio preâmbulo da Declaração de 1948 ao afirmar que:

(A) os direitos humanitários limitam os efeitos de conflitos armados para proteger pessoas que não participam ou que deixaram de participar das hostilidades da guerra;